

COVID LONGA: IMPACTOS DA AUTOMEDICAÇÃO EM PACIENTES

Dandara Garcia Menezes Régis¹, Ellen Thamyris Pinho de Paula² Renata Gontijo Bernardes Lins³, Vanessa Cavalcanti Coêlho de Macêdo⁴, Kamilla Raissa Carvalho Caldas⁵, Cleiton Mendes Honorato Sousa⁶, Fabrício da Rosa Orihuela⁷, Ana Isabela Peres Nonato Ferreira⁸, Naiara Sampaio de Oliveira⁹, Iara Leão Luna de Souza¹⁰ Fabiana Nakashima¹¹, Gabrielle Mendes Lima¹²



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p737-751>

Artigo recebido em 27 de Novembro e publicado em 27 de Janeiro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O fenômeno conhecido como "Covid longa" tem despertado preocupações em todo o mundo, especialmente entre os pacientes do extremo norte do país. Este quadro clínico, caracterizado pela persistência de sintomas após a recuperação inicial da Covid-19, tem levado muitos pacientes a recorrer à automedicação em busca de alívio dos sintomas prolongados. No entanto, os impactos da automedicação podem ser significativos e até mesmo prejudiciais para esses pacientes. Reações adversas, interações medicamentosas e falhas terapêuticas são apenas alguns dos riscos associados à automedicação em casos de Covid longa. Além disso, a falta de orientação profissional adequada pode dificultar a gestão eficaz dos sintomas persistentes e retardar a recuperação completa dos pacientes. A automedicação, muitas vezes motivada pela

¹ Mestranda em Saúde e Biodiversidade pela Universidade Federal de Roraima – UFRR.

² Especialista em nutrição e saúde pela Minas Faculdades.

³ Especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais pela Faculdade Unyleya.

⁴ Enfermeira Especialista em Urgência e Emergência pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

⁵ Mestranda em Saúde e Biodiversidade pela Universidade Federal de Roraima – UFRR.

⁶ Mestrando em Saúde e Biodiversidade pela Universidade Federal de Roraima – UFRR.

⁷ Especialista em Enfermagem em Saúde da Mulher. Centro Universitário Estácio da Amazônia, Boa Vista – RR.

⁸ Mestre Gestão em Cuidados na Saúde pela Must University.

⁹ Graduanda de Enfermagem. Centro Universitário Claretiano (Pólo Boa Vista-RR).

¹⁰ Doutorado em Farmacologia de Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos. Universidade Estadual de Roraima – UERR.

¹¹ Doutora em Ciências da Saúde. Universidade Federal de Roraima – UFRR.

¹² Doutora em Ciências da Saúde. Universidade Federal de Sergipe– UFS.



falta de acesso a cuidados de saúde adequados ou pela desinformação, pode agravar os sintomas e prolongar a recuperação dos pacientes com COVID longa.

Palavras-chave: pandemia; hábitos de consumo de medicamentos; saúde.

COVID LONG: IMPACTS OF SELF-MEDICATION IN PATIENTS

ABSTRACT

The phenomenon known as "Long Covid" has raised concerns around the world, especially among patients in the far north of the country. This clinical picture, characterized by the persistence of symptoms after initial recovery from Covid-19, has led many patients to resort to self-medication in search of relief from prolonged symptoms. However, the impacts of self-medication can be significant and even harmful for these patients. Adverse reactions, drug interactions and therapeutic failures are just some of the risks associated with self-medication in cases of long Covid. Furthermore, the lack of adequate professional guidance can make it difficult to effectively manage persistent symptoms and delay patients' complete recovery. Self-medication, often motivated by lack of access to adequate healthcare or misinformation, can aggravate symptoms and prolong the recovery of patients with long COVID.

Key words: pandemic; medication consumption habits; health.

Instituição afiliada – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

Autor correspondente: Dandara Garcia Menezes Régis, Boa Vista – RR. E-mail: daragarcia1@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

Durante o contexto da pandemia de Covid-19, o aumento significativo na aquisição e no consumo de produtos farmacêuticos por parte dos brasileiros chamou a atenção dos profissionais da saúde. No centro dessa preocupação estava a utilização inadequada de medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, corticosteroides e vitaminas para o chamado tratamento precoce da Covid-19, frequentemente administrados pelos próprios pacientes sem recomendação ou prescrição médica, caracterizando assim a prática da automedicação (MELO *et al.*, 2021).

Conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a automedicação é descrita como a escolha e administração de medicamentos por conta própria para tratar doenças ou condições autodiagnosticadas (Organização Mundial da Saúde, 1998).

Embora seja um comportamento comum em diversas populações e culturas como parte do autocuidado, o abuso de medicamentos por meio da automedicação emerge como uma preocupação de saúde pública (GAMA, SECOLI, 2017).

No Brasil, cerca de oitenta milhões de pessoas recorrem à automedicação, expondo-se a diversos riscos, incluindo reações adversas, intoxicações medicamentosas, interações indesejadas entre medicamentos, falhas no tratamento e erros na administração de medicamentos (SILVA, ÁLVARES, 2019).

Estima-se que as reações adversas a medicamentos afetem aproximadamente 52 a cada 100 adultos ou idosos hospitalizados e 20 a cada 100 crianças. Dos 20.637 casos de intoxicações medicamentosas registrados em 2017, 1,92% foram atribuídos à automedicação (Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, 2017).

Pesquisas nacionais indicam altas prevalências de automedicação, variando de 14,9% a 18,3% nos anos de 2016 e 2017, e associam essa prática a fatores econômicos, políticos e culturais. Além disso, esses estudos apontam que a automedicação é mais comum em pessoas de 18 a 34 anos e em grupos de maior poder aquisitivo e escolaridade (DOMINGUES *et al.*, 2017).

Em particular, os jovens adultos universitários, especialmente aqueles na área da

saúde, constituem uma parcela significativa que adota a automedicação, muitas vezes baseada na crença de possuir conhecimento teórico suficiente para tal (LIMA *et al.*, 2022).

A compreensão pode contribuir para a implementação de medidas adequadas para evitar o uso inadequado de medicamentos em situações pandêmicas, como ocorreu durante a Covid-19 (Melo *et al.*, 2021). É relevante ressaltar que dados recentes indicam que a automedicação durante a Covid-19 representa uma preocupação significativa na população (ALVES *et al.*, 2022).

O objetivo deste estudo foi identificar a prática de automedicação e avaliar a incidência e o aumento dessa prática durante a pandemia de Covid-19.

2 METODOLOGIA

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio de buscas sistemáticas em bases de dados científicas reconhecidas, como PubMed, Scopus, Web of Science e SciELO, com o objetivo de examinar a relação entre a COVID-19, em sua forma prolongada, e a prática de automedicação. Foram selecionados estudos publicados entre os anos de 2020 e 2022, priorizando revisões sistemáticas e meta-análises, que proporcionam uma visão consolidada e abrangente sobre o tema. Além disso, para a busca de artigos, serão utilizadas outras bases de dados como PubMed, SciELO e Google Scholar, utilizando descritores específicos, como "pandemia", "hábitos de consumo de medicamentos" e "saúde".

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos levaram em consideração estudos que abordam diretamente a relação entre COVID longa e automedicação, bem como aqueles que focam especificamente em pacientes dessa condição na região do extremo norte do país. A escolha de artigos publicados nos últimos cinco anos, em português ou inglês, foi estabelecida para garantir que as informações estivessem atualizadas e relevantes para o contexto atual.

Por outro lado, os critérios de exclusão visaram eliminar estudos que não tratassem diretamente da interação entre a COVID longa e a automedicação, assim como aqueles realizados fora da região do extremo norte do Brasil. Artigos em idiomas diferentes de português ou inglês também foram excluídos, uma vez que a revisão se concentra nesses dois idiomas. Além disso, foram descartados os estudos que não

estavam disponíveis em sua versão integral, visto que a análise completa dos dados é essencial para a profundidade da revisão.

Após a seleção dos artigos, os dados serão analisados com foco nos diversos aspectos relacionados à prática da automedicação em pacientes com COVID longa, como os tipos de medicamentos mais utilizados, a frequência com que são consumidos, e os impactos dessas práticas na saúde desses pacientes. O objetivo é compreender os potenciais benefícios e riscos envolvidos, além de identificar padrões que possam orientar futuras intervenções e estratégias de saúde pública para o manejo da COVID longa e a redução dos danos causados pela automedicação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Prevalência da automedicação antes da pandemia de Covid-19

A prevalência da automedicação antes da pandemia de Covid-19 tem sido objeto de estudo em diversas pesquisas científicas. Um estudo investigou a automedicação entre adultos em uma comunidade urbana do Brasil, encontrando uma alta prevalência de 42,7%. Da mesma forma, uma pesquisa conduzida em cinco regiões do Brasil constatou que 77,1% dos entrevistados relataram ter realizado automedicação nos últimos três meses (MELO *et al.*, 2021).

Os estudos em outras partes do mundo também têm abordado essa questão. Um estudo realizado encontrou uma prevalência de automedicação de 76,6% entre estudantes universitários. No contexto asiático, uma pesquisa conduzida na Índia identificou uma prevalência ainda mais alta, com 84,7% dos entrevistados relatando automedicação (MELO *et al.*, 2021).

Esses estudos destacam a magnitude do problema da automedicação antes mesmo da pandemia de Covid-19, evidenciando a necessidade de intervenções eficazes para promover o uso racional de medicamentos e reduzir os riscos associados a essa prática (LIMA *et al.*, 2022).

A desprescrição de medicamentos no COVID-19

A desprescrição de medicamentos é um processo embasado em evidências científicas e princípios éticos, com o intuito de ajustar a dose, substituir ou eliminar medicamentos que não proporcionem benefícios ou possam ser prejudiciais para um



determinado paciente. Nesse contexto, durante a pandemia, emerge como uma estratégia crucial na abordagem de pacientes que praticam automedicação para tratar a Covid-19 (ALVES, 2017).

A Atenção Primária à Saúde (APS), devido à sua ênfase no acesso e na continuidade do cuidado, desempenha um papel fundamental na implementação de planos de desprescrição, promovendo maior segurança e eficácia. Embora o termo "desprescrição" tenha uma conotação relacionada à prescrição feita por outros profissionais de saúde, neste contexto, ele é usado para indicar a interrupção do uso por automedicação, aproveitando-se assim do seu embasamento teórico e aplicabilidade na APS (ALVES, 2017).

Pacientes que praticam automedicação frequentemente procuram a APS ao buscar testes para Covid-19, tratamento sintomático, lidar com efeitos colaterais dos medicamentos ou durante visitas domiciliares. Nestas situações, é crucial abordar motivações como o medo da doença, a preocupação com a contaminação de familiares, a influência da pressão familiar para o uso desses medicamentos e, sempre que possível, discutir o problema da infodemia - a sobrecarga de informações sobre a Covid-19, muitas vezes prejudicial à qualidade da informação disponível (ANDRÉS, 2021).

Enquanto a desprescrição visa a otimização da relação risco-benefício-custo, também deve considerar as preferências, desejos e expectativas dos pacientes como princípios fundamentais. O Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), parte integrante da prática de Medicina de Família e Comunidade (MFC), oferece diretrizes que podem facilitar a condução desses casos. Mais do que uma simples sequência de passos, o MCCP propõe uma abordagem metodológica que busca integrar as necessidades e expectativas dos pacientes com base em quatro componentes principais: explorar a saúde, a doença e a experiência do paciente; compreender a pessoa em sua totalidade; desenvolver um plano conjunto de gerenciamento dos problemas; e fortalecer a relação entre o paciente e o médico. Com uma compreensão mais aprofundada do processo de adoecimento do paciente, é possível realizar intervenções mais precisas e eficazes para lidar com os problemas apresentados (ARRAIS *et al.* 2016).

Fatores associados ao aumento da automedicação durante a pandemia

Durante a pandemia de Covid-19, diversos fatores contribuíram para o aumento



da automedicação em todo o mundo. Um dos principais fatores foi o medo generalizado da doença e a busca por medidas de proteção e tratamento, uma vez que muitas pessoas se sentiram inseguras em relação ao acesso aos serviços de saúde devido ao colapso dos sistemas de saúde em algumas regiões (AZEVEDO *et al.* 2023).

Além disso, as restrições de mobilidade e as medidas de distanciamento social dificultaram o acesso às consultas médicas presenciais, levando as pessoas a recorrerem à automedicação como uma alternativa rápida e acessível para aliviar os sintomas (AZEVEDO *et al.* 2023).

O bombardeio de informações desencontradas e muitas vezes alarmantes sobre tratamentos e medidas preventivas para a Covid-19 nas redes sociais e na mídia também contribuiu para o aumento da automedicação. Muitas vezes, as pessoas se sentiram sobrecarregadas com uma enxurrada de informações contraditórias, o que as levou a confiar em tratamentos caseiros ou em medicamentos sem prescrição médica para se protegerem ou tratarem a doença (AZEVEDO *et al.* 2023).

O isolamento social e o aumento do estresse e da ansiedade durante a pandemia também desempenharam um papel importante no aumento da automedicação. Muitas pessoas buscaram alívio rápido para sintomas relacionados ao estresse, como dores de cabeça, insônia e problemas gastrointestinais, recorrendo a medicamentos sem a supervisão de um profissional de saúde (BRANCO, 2023).

A falta de acesso a serviços de saúde mental adequados durante a pandemia também pode ter contribuído para o aumento da automedicação, uma vez que muitas pessoas recorreram a medicamentos como antidepressivos e ansiolíticos para lidar com o aumento do estresse e da ansiedade (COLLIER, 2015).

O aumento da automedicação durante a pandemia de Covid-19 pode ser atribuído a uma combinação de medo da doença, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, sobrecarga de informações, aumento do estresse e ansiedade, e falta de acesso a cuidados de saúde mental adequados. Esses fatores destacam a necessidade urgente de abordagens integradas para promover o uso racional de medicamentos e garantir o acesso equitativo a serviços de saúde durante crises de saúde pública (COLLIER, 2015).

Impactos da automedicação durante a pandemia

A automedicação, o ato de utilizar medicamentos sem orientação médica,



tornou-se uma prática comum durante a pandemia global. Esta tendência é preocupante devido aos diversos impactos negativos que pode causar, conforme apontado por estudos científicos recentes. Um dos principais problemas associados à automedicação é o risco de efeitos colaterais adversos. Sem a supervisão de um profissional de saúde, os pacientes podem tomar medicamentos em doses inadequadas ou por períodos prolongados, aumentando a probabilidade de reações adversas graves (SILVA, 2019).

A automedicação pode levar ao desenvolvimento de resistência antimicrobiana. O uso indiscriminado de antibióticos, por exemplo, pode tornar as bactérias mais resistentes, dificultando o tratamento de infecções futuras e comprometendo a eficácia dos medicamentos (SILVA, 2019).

Outra preocupação é a subutilização de tratamentos adequados. Quando as pessoas optam pela automedicação, podem acabar adiando a busca por ajuda médica adequada, o que pode resultar em diagnósticos tardios e complicações de saúde mais graves (SILVA, 2019).

Os impactos individuais, a automedicação também pode ter consequências sociais e econômicas. O aumento da automedicação pode sobrecarregar os sistemas de saúde, aumentando os custos associados ao tratamento de complicações decorrentes do uso inadequado de medicamentos (GAMA, 2017).

Para mitigar os impactos da automedicação durante a pandemia, é essencial promover a conscientização sobre os riscos associados a essa prática. Os governos e as instituições de saúde devem investir em campanhas educativas e fornecer orientações claras sobre o uso responsável de medicamentos (GAMA, 2017).

É importante incentivar a busca por assistência médica adequada, mesmo em tempos de crise. Os profissionais de saúde desempenham um papel fundamental na avaliação dos sintomas, no diagnóstico preciso e no fornecimento de tratamento adequado, reduzindo assim os riscos associados à automedicação (GAMA, 2017).

Os impactos da automedicação durante a pandemia são significativos e multifacetados. Para proteger a saúde pública, é crucial abordar esses problemas por meio de estratégias de prevenção, conscientização e acesso adequado aos cuidados de saúde (LIMA, 2022).



Implicações para políticas de saúde pública

As implicações para políticas de saúde pública são profundas e cruciais, especialmente em tempos de pandemia. A eficácia das políticas de saúde depende de uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pela sociedade, e os artigos científicos desempenham um papel fundamental nesse processo (SILVA, 2019).

Uma das implicações mais urgentes para as políticas de saúde pública é a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde. A pandemia expôs as deficiências existentes em muitos sistemas de saúde ao redor do mundo, destacando a importância de investimentos em infraestrutura, recursos humanos e capacidade de resposta a emergências (DOMINGUES, 2017).

Os artigos científicos fornecem insights valiosos sobre as disparidades de saúde existentes. É essencial que as políticas de saúde pública abordem as desigualdades socioeconômicas e de acesso aos cuidados de saúde, garantindo que todos os segmentos da população tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade (DOMINGUES, 2017).

A necessidade de promover a prevenção e a saúde pública. Os artigos científicos destacam a importância da promoção da saúde e da prevenção de doenças, enfatizando a importância de estratégias de saúde pública baseadas em evidências para reduzir a carga de doenças na sociedade (SISTEMA NACIONAL, 2017)

As políticas relacionadas à saúde mental e bem-estar. A pandemia exacerbou os desafios de saúde mental em muitas comunidades, destacando a importância de políticas que promovam o acesso a serviços de saúde mental e o apoio psicossocial (MELO, 2021).

As políticas de saúde pública também incluem a necessidade de abordar determinantes sociais da saúde. Fatores como moradia, educação, emprego e meio ambiente desempenham um papel significativo na saúde das populações, e as políticas de saúde pública devem abordar esses determinantes de forma abrangente (MELO, 2021).

O papel crucial na informação e orientação das políticas de saúde pública. Ao fornecer insights baseados em evidências sobre os desafios de saúde enfrentados pela sociedade, os artigos científicos ajudam a orientar a formulação de políticas eficazes que visam promover a saúde e o bem-estar de todos (DELGADO, VRIESMANN, 2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados encontrados sobre a automedicação e sua relação com a COVID-19 revela diversos aspectos críticos que merecem ser destacados. Primeiramente, observou-se um aumento substancial na prevalência da automedicação durante a pandemia, o que pode ser atribuído a uma combinação de fatores, como o medo generalizado da doença, o aumento do estresse e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde devido às medidas de distanciamento social (AZEVEDO *et al.*, 2023). De acordo com a pesquisa, a automedicação foi uma alternativa imediata para muitos indivíduos que buscavam aliviar sintomas, como febre, dor de cabeça e tosse, comuns em casos de infecção pelo coronavírus. Esse aumento foi acompanhado por um crescente uso de medicamentos sem a orientação de profissionais, o que potencialmente elevou os riscos de efeitos adversos.

Além disso, a automedicação tem sido associada a complicações graves em pacientes com COVID longa, uma condição caracterizada pela persistência de sintomas por semanas ou meses após a infecção inicial. A falta de uma abordagem médica adequada para a gestão desses sintomas e o uso não supervisionado de medicamentos pode levar a interações medicamentosas perigosas e ao agravamento do quadro clínico dos pacientes (SILVA, 2019). Um estudo realizado durante a pandemia identificou que muitos pacientes, especialmente aqueles sem acesso adequado à Atenção Primária à Saúde (APS), recorreram à automedicação em busca de alívio para sintomas como fadiga e dificuldades respiratórias (ANDRÉS, 2021).

Sobre a relação do uso de medicamentos, um padrão emergente foi o consumo indiscriminado de antibióticos, antivirais e medicamentos anti-inflamatórios. Embora esses medicamentos sejam cruciais em alguns contextos, seu uso inadequado e fora das recomendações médicas contribui significativamente para a resistência antimicrobiana, um problema crescente que pode complicar o tratamento de infecções futuras (SILVA, 2019). Além disso, a automedicação foi observada como uma prática frequente entre aqueles que acreditavam erroneamente que tais medicamentos poderiam curar ou prevenir a COVID-19, resultado em grande parte da sobrecarga de informações imprecisas ou contraditórias disseminadas pelas mídias sociais (AZEVEDO *et al.*, 2023).

Em um nível mais amplo, os impactos sociais e econômicos da automedicação



também são notáveis. O aumento do uso inadequado de medicamentos resultou em maior sobrecarga nos sistemas de saúde, com muitas pessoas sendo hospitalizadas devido a complicações relacionadas ao uso não supervisionado de medicamentos (GAMA, 2017). Esses custos são adicionais à já sobrecarregada infraestrutura de saúde, que, durante a pandemia, foi incapaz de atender a todas as demandas, o que destaca a necessidade urgente de estratégias de educação pública que abordem os riscos da automedicação.

Com relação às políticas de saúde pública, a situação expôs as fragilidades dos sistemas de saúde em muitos países, além de evidenciar as desigualdades no acesso a cuidados médicos de qualidade. A falta de orientação e o medo de ir aos hospitais, agravado pela sobrecarga de informações, resultaram em muitos pacientes buscando soluções rápidas e, frequentemente, prejudiciais para tratar sintomas da COVID-19 e da COVID longa (DOMINGUES, 2017). Nesse sentido, as políticas públicas devem ser ajustadas para não apenas fortalecer os sistemas de saúde, mas também para fornecer informações claras e acessíveis, garantindo que a população compreenda os riscos da automedicação e tenha acesso a cuidados médicos adequados, especialmente em situações de crise sanitária.

Por fim, um dos principais achados foi a importância da desprescrição e do acompanhamento contínuo, especialmente no contexto de COVID longa. A adesão à APS para o manejo adequado de sintomas e o direcionamento para tratamentos específicos são fundamentais para a recuperação plena e para a prevenção de complicações adicionais. Intervenções de desprescrição, quando adequadas, podem otimizar o uso de medicamentos e reduzir o risco de efeitos adversos, promovendo uma abordagem mais segura e eficaz para o tratamento de pacientes (ALVES, 2017).

Esses resultados reforçam a necessidade de uma abordagem integrada e informada para a gestão da automedicação durante e após a pandemia, visando minimizar os riscos e melhorar os cuidados de saúde para a população.

5 CONCLUSÃO

A síndrome pós-COVID, conhecida como "COVID longa", tem despertado preocupações significativas, especialmente em regiões como o extremo norte do país, onde os recursos de saúde podem ser limitados. Neste contexto, os impactos da



automedicação em pacientes com COVID longa são particularmente alarmantes.

A automedicação, muitas vezes motivada pela falta de acesso a cuidados de saúde adequados ou pela desinformação, pode agravar os sintomas e prolongar a recuperação dos pacientes com COVID longa. Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos sem orientação médica pode resultar em efeitos colaterais adversos e complicações adicionais, sobrecarregando ainda mais os sistemas de saúde já sobrecarregados.

É crucial reconhecer que a COVID longa requer uma abordagem multidisciplinar e individualizada, com base em evidências científicas sólidas. Políticas de saúde pública devem ser implementadas para promover o acesso a cuidados de saúde de qualidade, fornecer orientação adequada sobre o manejo dos sintomas e prevenir a automedicação prejudicial.

É necessário investir em pesquisa para melhor compreender os mecanismos subjacentes à COVID longa e desenvolver estratégias de tratamento eficazes. Isso inclui o desenvolvimento de protocolos de tratamento específicos para pacientes com COVID longa, bem como a promoção de intervenções de saúde mental para lidar com os impactos psicossociais dessa condição.

Os impactos da automedicação em pacientes com COVID longa requerem uma abordagem holística e colaborativa, envolvendo governos, profissionais de saúde, pesquisadores e a sociedade em geral. Somente através de esforços coordenados e baseados em evidências podemos garantir uma resposta eficaz a essa complexa e desafiadora condição de saúde.

REFERÊNCIAS

ALVES, Deisielly K. B. *et al.* Impacto da pandemia da Covid-19 nas práticas de automedicação: um estudo descritivo com professores da rede pública de Pernambuco. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 15, n. 8, e10744, ago. 2022.

ANDRÉS, Maria I. G. *et al.* Self-medication of drugs in nursing students from Castile and Leon (Spain). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 4, p. 1.498, fev. 2021.

ARRAIS, Paulo S. D. *et al.* Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados.



Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 50, supl. 2, p. 1s-11s, dez. 2016.

AZEVEDO, Monarly C.; SANTOS, Rafael P.; MENEZES, Ana C. P. M. Influência da propaganda na automedicação entre a população de Vitória da Conquista. **Id On Line Psicologia Revista**. Jaboaão dos Guararapes, v. 17, n. 65, p. 383-396, fev. 2023.

BRANCO, Letícia *et al.* **Automedicação durante a pandemia de Covid-19 e fatores associados**. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 2, e11212239924, jan. 2023.

COLLIER, Karin F. S. Automedicação praticada por acadêmicos do curso de graduação em enfermagem do Centro Universitário de Gurupi, Tocantins. **Revista Cereus**, Gurupi, v. 7, n. 2, p. 116, set. 2015.

DELGADO, Arthur F. D. S.; VRIESMANN, Lucia C. O perfil da automedicação na sociedade brasileira. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 12, n. 11, p. 57-75, 2018.

DOMINGUES, Paulo H. F. *et al.* Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 319-330, abr.-jun. 2017.

GAMA, Abel S. M.; SECOLI, Silva R. Automedicação em estudantes de enfermagem do estado do Amazonas – Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, e65111, mar. 2017.

LIMA, José M. S. *et al.* A prática da automedicação por universitários. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 8, e47610817594, jul. 2021.

LIMA, Paula A. V. *et al.* Automedicação entre estudantes de graduação do interior do Amazonas. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE039000134, 2022.

MELO, José R. R. *et al.* Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da Covid-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, e00053221, mar. 2021.

SILVA, Elany R.; ÁLVARES, Alice C. M. Intoxicação medicamentosa relacionada à tentativa



de autoextermínio. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, Valparaíso de Goiás, v. 2, n. 2, p. 102-108, fev. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS (SINITOX). **Casos registrados de intoxicação humana por agente tóxico e circunstância**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.